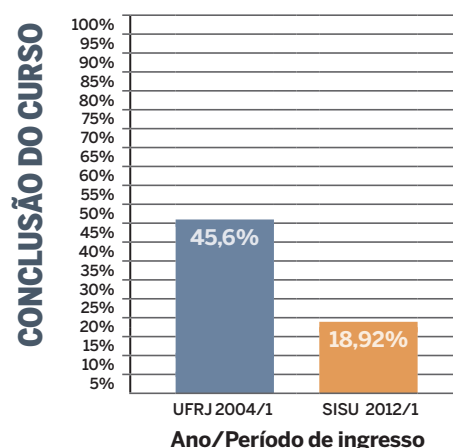
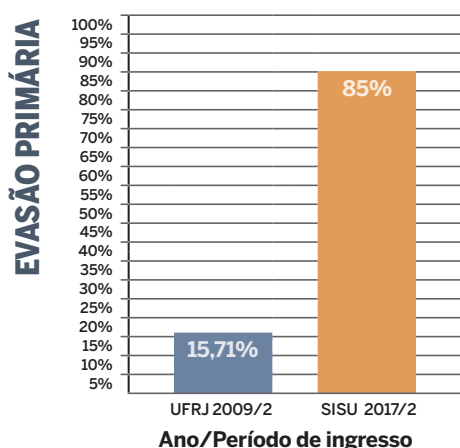


Pesquisa faz raio-x do Sisu na UFRJ

> Evasão subiu 20% em oito anos. Percentual de aprovados em primeira chamada que nem se matriculam pulou de 15% para 85%. Quase 40% dos entrevistados dizem que violência e falta de condições financeiras motivaram desistência



Fonte dos gráficos: Impactos do Sistema de Seleção Unificada na Universidade Federal do Rio de Janeiro – Um Estudo Avaliativo.

ANA BEATRIZ MAGNO E FERNANDA DA ESCÓSSIA

Seis anos depois de aderir ao Sisu, a Universidade Federal do Rio de Janeiro começa a avaliar impactos do Sistema de Seleção Unificada nos cursos de graduação. Uma extensa pesquisa acadêmica realizada pelo superintendente de Registro e Acesso da UFRJ, Roberto Vieira, identifica um aumento significativo da evasão estudantil na maior universidade federal do Brasil. Os alunos também demoram mais tempo para se formar.

Vieira comparou dados dos anos de 2004 a 2009, quando a UFRJ fazia vestibular próprio, com os de 2012 a 2017, período em que o Sisu foi usado como método exclusivo. O pesquisador aplicou questionários a 6.437 candidatas e 189 professores.

Os resultados impressionam. Do primeiro semestre de 2004 para o primeiro de 2012, a desistência subiu 20%. No indicador que Vieira chamou de evasão primária – o aluno é aprovado na primeira chamada do Sisu, mas não se matricula na UFRJ –, o percentual pulou de 15,71% em 2009/2 para 85% em 2017/2.

As conclusões de Vieira coincidem com um quadro reve-

lado em estudos similares, que apontam a democratização do acesso à universidade com a chegada de estudantes de outros estados, mas alertam para a perda de alunos. “Percebo escandalosamente essas saídas no cotidiano das engenharias. Quem está na gestão percebe isso claramente. Mas não é um problema do Sisu. É um problema do Brasil, que criou um sistema fantástico e democrático de seleção dos melhores alunos de todo o país, mas não oferece condições de mantê-los nas universidades”, analisa Ericksson Almendra, 64 anos, ex-diretor da Escola Politécnica.

Os motivos para abandonar o sonhado curso superior são o retrato do Brasil: falta de dinheiro para viver noutra cidade, falhas na assistência estudantil e medo da violência. No estudo de Vieira, quase 40% dos estudantes que desistiram da UFRJ se justificaram dizendo que não tinham recursos para morar no Rio ou temiam a violência na cidade.

O impacto do Sisu na UFRJ deverá entrar na pauta das próximas reuniões do Conselho de Ensino de Graduação, presidido pelo Pró-Reitor de Graduação. Nas páginas seguintes, mais detalhes da pesquisa.

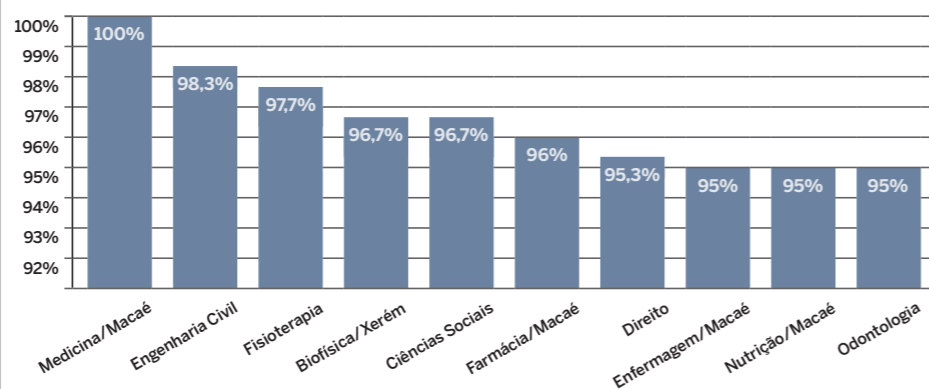
Cursos sofrem com dança das cadeiras

O que faz o estudante que vê seu nome na primeira lista de aprovados numa das melhores universidades do Brasil? Matricula-se imediatamente, claro. Quem respondeu assim errou: no segundo semestre de 2017, 85% dos alunos chamados pela UFRJ na primeira edição do Sisu não se matricularam. O resultado é praticamente a inversão do que aconteceu em 2009/2, último ano de vestibular exclusivo da UFRJ, quando apenas 15,7% dos aprovados na primeira listagem não se matricularam.

Em sua pesquisa, Roberto Vieira chamou esse fenômeno de evasão primária, uma faceta do gigantesco problema em que o abandono do ensino superior se transformou. No curso de Medicina do campus da UFRJ em Macaé, a evasão primária chegou a 100% em 2017 – nenhum dos aprovados na primeira chamada se matriculou. As taxas passam de 90% em cursos como Engenharia Civil (98,33%) e Fisioterapia (97,73%).

Vieira também analisou o que chamou de evasão secundária, quando o aluno chamado na primeira edição se matricula, mas depois é aprovado para outro curso e abandona o primeiro. Desde a adesão ao Sisu, afirma Vieira, a UFRJ perdeu dessa forma, em média, 241

OS 10 CURSOS COM AS MAIORES EVASÕES PRIMÁRIAS EM 2017/2



alunos por semestre, 2.891 em seis anos.

Com isso, a universidade é palco de um paradoxo: depois da disputa acirradíssima para entrar (estudos mostram que a nota de corte cresceu com o Sisu), vários cursos têm vagas ociosas. Em 2018, a UFRJ oferece mais de 2 mil vagas para ex-alunos já graduados ou estudantes de outras instituições de ensino superior.

Em Macaé, onde a desistência é alta em vários cursos, tem sido comum usar chamadas de reclassificação para preencher vagas. Na Medicina, das 30 vagas disponíveis em 2017/2, 14 terão de ser preenchidas fora do sistema Sisu, com transferências, por exemplo.

O coordenador do curso de Medicina de Macaé, professor Joelson Tavares

Rodrigues, disse que realizar várias chamadas é frequente, para evitar vagas ociosas. Segundo ele, a “dança das cadeiras” não é exclusividade local e acontece em cursos que não são a primeira opção dos alunos. Como Medicina é um curso que exige muita preparação, os alunos fazem o possível para ficar perto de casa.

O coordenador lembra que, ao permitir que o candidato faça prova em qualquer lugar do Brasil, o Sisu criou uma concorrência acirrada para o aluno da região. “Nossa pontuação de ingresso é alta, próxima da capital”, analisa. Ao mesmo tempo, apenas um estudante de Macaé foi aprovado na última seleção.

Colaborou Elisa Monteiro

Crise e violência, razões da evasão

Quando foi aprovado em História na UFRJ, Wesley Teixeira, morador da Baixada Fluminense, comemorou. Mas logo percebeu que seguir no curso seria inviável para ele: “O trajeto até o centro era muito caro. A UFRJ oferece o bilhete único, mas somente no município, não no estado. As aulas eram sempre em dois turnos, o que dificultava muito para conseguir um emprego.” A solução foi abandonar a UFRJ. “Hoje faço Pedagogia na Uerj, no campus de Caxias. Por ser mais perto de casa, não tenho esses custos.”

Muitos aprovados na UFRJ nem se matriculam, e Vieira foi buscar os motivos. Mais do que notas baixas, o que afasta o estudante são dificuldades financeiras e violência – que, juntas,

respondem por 38% das razões para não continuar na universidade.

Entre os problemas financeiros, os estudantes apontaram a falta de recursos para se manter no Rio, a ausência de condições para fazer a matrícula e as poucas vagas de alojamento. Também são significativas as razões ligadas à violência no campus (6,2%) e à criminalidade no Rio de Janeiro (10,3%) – que independe da universidade, mas a afeta diretamente.

Em suas recomendações listadas na dissertação, Vieira pede reforço na assistência estudantil, com investimentos em alojamentos, restaurantes universitários e bolsas.

Colaborou Isabella de Oliveira

DESCRIÇÃO REDUZIDA DO ITEM	RESPOSTAS	%
Não tinha condições financeiras de se manter no RJ	2.293	12,1
O índice de criminalidade na cidade do Rio de Janeiro	1.946	10,3
A insegurança no campus onde o curso é ministrado	1.181	6,2
A limitação das vagas no alojamento de estudantes	961	5,1
Optou p/ mesmo curso em outra IES fora do RJ	945	5
Não teve condições financeiras para ir fazer matrícula	936	4,9
As greves nas universidades federais	933	4,9
Optou por outro curso de outra IES de fora do RJ	922	4,9
Participou só para provar que se classificaria para a UFRJ	691	3,6
Classificado só para a 2ª opção. Curso não desejado	650	3,4

Sisu favorece inclusão

A pesquisa de Roberto Vieira não desqualifica o Sisu. Muito pelo contrário. A pesquisa recomenda avaliações e ajustes no sistema para reduzir as perdas e manter o estudante na UFRJ. As respostas de 189 professores trazem indicações sobre frequência e participação nas aulas, dedicação dos alunos e conhecimento prévio.

“Na perspectiva de professor em sala de aula, o Sisu só trouxe coisa boa. A gente percebe essa dança das cadeiras. A violência assusta quem vem de longe. Agora, em termos de desempenho geral e de diversidade social, senti uma melhora”, afirma Fernando Duda, professor da Engenharia Mecânica e diretor da Adufrj. “O desempenho acadêmico dos meus alunos melhorou”.

“O Sisu tem um paradoxo. Desperta o sonho dos melhores estudantes do Brasil de estudarem na melhor universidade do país, mas não oferece formas de manter o estudante na universidade. Isso é uma ineficiência do sistema. E temos que pensar com seriedade o assunto”, completa o professor Ericksson Almendra, ex-diretor da Escola Politécnica.

Para aproximadamente metade dos docentes que responderam ao questionário da pesquisa de Vieira, não houve alteração na dedicação dos alunos e no desempenho nas avaliações.

ENTREVISTA ROBERTO VIEIRA

Servidor da UFRJ há quase 35 anos, o administrador Roberto Vieira, 58, não escondeu a alegria quando a banca de professores recomendou a publicação de sua dissertação. Ele fez o mestrado profissional em Avaliação na Faculdade Cesgranrio: “Achei que seria mais light um mestrado profissional e que conseguiria conciliar com meu trabalho na universidade. Ledo engano. Não foi nada light”.

Responsável pela superintendência executiva de Registro e Acesso da PR-1, Vieira recebeu o apoio do pró-reitor de Graduação, professor Eduardo Serra, e dos 189 docentes que responderam seu questionário. “Foi uma maratona. Ainda ouvi 6.437 estudantes através de formulários”.

Ana Beatriz Magno



VIEIRA. Cotidiano da UFRJ em foco

■ Por que o aluno não fica na UFRJ?

Os alunos apontam dificuldade para se manter no Rio: problemas financeiros, alojamento. Evasão, retenção e recuo da conclusão são consequência de um problema no modelo de ingresso.

■ O que espera desta pesquisa?

Falo como pesquisador, não como servidor. A decisão tem que ser do Conselho Universitário. A UFRJ precisa de um estudo em relação a esses impactos. A decisão vem lá na frente, depois que a gente estuda, discute. A universidade deve repensar seu acesso e envolver outras instituições, porque cada uma tem especificidades.

NOS TEMPOS DO VELHO VESTIBULAR...

A UFRJ tem, neste semestre, 4.907 vagas em 114 cursos de graduação pelo Sisu. A primeira chamada foi divulgada em 29 de janeiro. De quase 5 mil vagas disponíveis, 2.469 são para cotistas. A UFRJ oferece cotas sociais desde 2011 para estudantes oriundos de colégios públicos. E, desde 2013, cotas raciais.

A pesquisa de Roberto Vieira não diferencia os dados de cotistas e não cotistas ao examinar a evasão e o rendimento acadêmico, mas faz uma retrospectiva das formas de acesso à universidade.

A UFRJ não aderiu de imediato ao Sisu, sistema criado pelo governo federal em 2010. Nas seleções de 2010 e 2011, a universidade optou por sistemas mistos que utilizavam tanto as notas do Enem quanto o desempenho em vestibular próprio. Após intensos debates, o Consumi resolveu, em setembro de 2011, usar exclusivamente a nota do Enem para selecionar os alunos de graduação.

A entrada na UFRJ já teve vários formatos. Da década de 70 até 1987, a universidade participava de um consórcio

com quase todas as faculdades do Rio de Janeiro. Em seguida, a parceria limitou-se a algumas instituições públicas do Rio. Na década de 90, a UFRJ separou-se do grupo e criou seu próprio vestibular, com provas discursivas e elevada concorrência. “Era um sonho difícil passar na UFRJ”, lembra Ana Paula Rodrigues, ex-aluna da UFRJ, formada em Psicologia em 2008. “Mas não há dúvida de que a universidade era muito menos democrática e muito mais elitista. Só tinha branco da zona sul na minha turma”, completa.

Andes: eleição será em maio

KELVIN MELO

kelvin@adufjrj.org.br

As chapas “Andes Autônomo e de Luta” e “Renova Andes” vão disputar a diretoria do Sindicato em 2018. A apresentação das candidaturas ocorreu durante o 37º Congresso dos professores universitários, em Salvador (BA). A eleição será em 9 e 10 de maio.

Antônio Gonçalves Filho, da Universidade Federal do Maranhão, é o candidato a presidente pela “Andes Autônomo e de Luta”, da situação. A professora Celi Taffarel, da Universidade Federal da Bahia, é a candidata a presidente da “Renova Andes”, de oposição à atual diretoria.



Kelvin Melo

ADUFURJ Vinte e cinco docentes representaram a UFRJ no Congresso

ta, pois entendem que a melhor forma de proteger a universidade é mostrar para a sociedade a importância do conhecimento produzido na instituição, priorizando o funcionamento da atividade acadêmica.

A pauta unificada dos servidores públicos federais será discutida em reunião ampliada do Fórum das Entidades Nacionais dos SPF no fim de semana

(3 e 4), em Brasília (DF).

O Andes também vai defender o diálogo e organização de atividades com outros movimentos pela recuperação e ampliação do orçamento do complexo público de Ciência e Tecnologia. Mas considera o Marco Legal de C&T um retrocesso, diferentemente da diretoria da Adufrj.

DECISÕES

Maior da história do Andes, o 37º Congresso reuniu 581 participantes para uma intensa jornada de debates e deliberações. Uma delas define que o Sindicato vai articular uma greve geral para barrar as reformas do governo. A diretoria da Adufrj e seus apoiadores no congresso votaram contra a propos-

OPINIÃO

IMPRESSÕES DE UM CONGRESSO DIFERENTE

FELIPE ROSA

Professor do Instituto de Física

■ A maioria de nossos colegas docentes talvez nem tenha ficado sabendo, mas, entre os dias 22 e 28 de janeiro, Salvador hospedou o 37º Congresso do Andes-SN, um dos sindicatos nacionais de professores. A Adufrj compareceu em peso com seus 25 delegados e observadores, e deixou a sua marca em momentos importantes do evento.

O Congresso, em sua essência, consiste na discussão de textos previamente enviados, que por sua vez orientam os caminhos do sindicato para o ano corrente. O volume de trabalho não é pequeno: o caderno (e seu anexo) desse ano continha 66 textos, mais um número semelhante de resoluções a serem votadas. A discussão desses textos transcorre de forma extremamente democrática, mas uma enorme parte do debate acaba se tornando contraproducente, pois há muitas superposições e excesso de preciosismo. No primeiro

dia, por exemplo, assistimos a um debate imenso sobre resoluções extremamente parecidas, que no final das contas serviu apenas para a diretoria atual quantificar seu apoio (a resolução da diretoria, apesar da similitude com as outras, ganhou fácil). Tudo isso fez com que o congresso se alongasse muitíssimo além do necessário (o encerramento, previsto para o dia 27 às 16h, se deu apenas às 3h45 (!) do dia seguinte).

Houve também pontos positivos. O debate sobre a filiação do Andes à central sindical CSP-conlutas se deu de forma aberta, aguerrida e sincera, com argumentações emocionadas mas sem perda de embasamento. Ademais, foi encorajador ver que vários problemas ligados às identidades de raça e gênero estão claramente na agenda do meio sindical docente. Em todo esse contexto, faz-se necessário destacar contribuições da Adufrj: as professoras Lígia Bahia e Tatiana Rappoport fizeram defesas contundentes da SBPC e da ABC (face a um ataque desonesto), o professor Eduardo Raupp puxou muitos aplausos ao defender os reitores

universitários, e o professor Renato Monteiro “levantou” o plenário com sua intervenção sobre identidade de gênero.

Finalmente, chegamos ao ponto do título desse texto: Por que diferente? Porque, apesar de ser um congresso de docentes, praticamente não se escuta a palavra “professor”. Éramos todos apenas “companheiros”. Do mesmo modo, a palavra “universidade” foi pouco lembrada, dando lugar às “bases”. Fica no ar a desconcertante sensação de que o movimento docente tem vergonha de defender a própria intelectualidade, como se isso fosse, de alguma forma, um luxo. O grande problema é que – licença para o trocadilho – não podemos nos dar mais a esse luxo. A universidade pública está, talvez, sob o ataque mais forte de sua história.

Se não convenceremos a sociedade de que a tríade ensino superior, pesquisa e extensão são cruciais para o país, entraremos em extinção. E só conseguiremos isso centralizando a luta na universidade pública, gratuita, e de qualidade.